**REQUERIMENTO Nº 055/2016**

**BRUNO STELLATO – PDT e VEREADORES ABAIXO ASSINADOS,** com assento nesta Casa, com fulcro nos Artigos 118 e 121 do Regimento Interno, no cumprimento do dever, requeremà Mesa que este expediente seja encaminhado ao Exmo. Sr. Pedro Taques, Governador do Estado de Mato Grosso, a Exma. Sra. Ana Luiza Peterlini, Secretária de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, ao Exmo. Sr. André Luis Torres Baby, Secretário Adjunto do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, com cópia ao Exmo. Sr. Dilceu Rossato, Prefeito Municipal e ao Exmo. Senhor Éderson Dal Molin, Vice-Prefeito Municipal, **requerendo agilidade nas emissões da Autorização Provisória de Funcionamento de Atividade Rural (APF), para as atividades de agricultura e pecuária extensiva e semiextensiva.**

**JUSTIFICATIVAS**

Considerando que a Autorização Provisória de Funcionamento de Atividade Rural (APF), foi lançada no dia 18 (dezoito) de Agosto de 2015 pelo governador do Estado, Exmo. Sr. Pedro Taques. Sendo que o sistema implantado pelo Governo de Mato Grosso tem como principal requisito para obter a autorização, possuir o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esta autorização é gratuita e de acordo com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, terá validade até 31 de agosto de 2017.

Considerando que desde que foi lançado este sistema, muitas autorizações foram negadas e outras foram para uma análise mais detalhada em um departamento específico. Acontece que justamente a demora por esta análise vem provocando preocupação por parte de produtores, sejam eles, grandes ou pequenos. Profissionais da área de engenharia ambiental também reclamam de dificuldades em obter informações a respeito dos processos de seus clientes, por isso, se faz necessário uma maior agilidade no processo de análise, e um esforço maior da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, em transmitir informações a respeito do que as impedem de ser validadas.

Considerando que o Estado de Mato Grosso é o celeiro do agronegócio no Brasil, que apesar da insegurança jurídica ambiental instalada no País, homens e mulheres através de muito trabalho conseguiram colaborar no crescimento deste Estado, onde hoje, muitas cidades dependem diretamente de atividades agroindustriais, que apesar de entendermos a preocupação do Estado de Mato Grosso em relação ao desenvolvimento ambiental sustentável, é necessário uma coerência e um entendimento de que famílias estavam nessas regiões muito antes de qualquer lei, normas ou exigências.

Considerando que é função do vereador fiscalizar e buscar informações a respeito de problemas encontrados na sociedade que representa.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado do Mato Grosso, em 25 de fevereiro de 2016.

**BRUNO STELLATO**

**Vereador PDT**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CLAUDIO OLIVEIRA**  **Vereador PR** | | **FÁBIO GAVASSO**  **Vereador PMB** | **JANE DELALIBERA**  **Vereadora PR** | |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | | **MARILDA SAVI**  **Vereadora PSD** | **DARCI GONÇALVES**  **Vereador** | **VERGILIO DALSÓQUIO**  **Vereador REDE** | |  |  |  | | | |